

2. Discurso, Identidade e Interesses

O presente capítulo tem como principal objetivo explicar como a abordagem teórica escolhida poderá ser operacionalizada a fim de tratar o caso empírico. Nesse contexto, buscar-se-á descrever tais teorias, a posição de seus respectivos autores a fim de que se tenha a ideia de como elas são e de como as mesmas irão desempenhar o papel de ajudar na argumentação empírica. O segundo movimento tem como foco sublinhar suas qualidades e limitações, mas principalmente, a relevância das mesmas para a empiria da presente pesquisa. Dessa forma, a escolha teórica deve desempenhar a função de ser operacionalizada no sentido de explicar a base de dados empírica. A escolha do construtivismo não fora ocasional, esta abordagem deve desempenhar o papel de, a partir de sua operacionalização, responder a pergunta central da presente pesquisa: qual a motivação da Rússia em sua recente atuação na Síria? E ainda, ajudar a corroborar ou não a seguinte hipótese: a atuação russa na crise da Síria em se contrapor a medidas multilaterais contra esse país, refletem não apenas interesses materiais estratégicos, mas sua relação histórica com o Ocidente.

Ou seja, a escolha do construtivismo se deu em decorrência de acreditarmos aqui que o posicionamento russo diante da crise da Síria tem um fundo material, mas também está motivada por uma questão ideacional. Acredita-se que sua atuação está amplamente conectada com a sua (re) construção identitária de grande potência no pós-Guerra Fria.

A primeira seção deste capítulo teórico trata da construção das identidades dos Estados. O espectro construtivista das teorias de Relações Internacionais é de grande relevância para analisar essa mudança de identidade dos Estados. A escolha dessa abordagem corrobora a argumentação da pesquisa. Esse debate não apenas traz importante contribuição acerca da construção social das identidades, mas aqui sua relevância é circunscrita à empiria da pesquisa e de como as mudanças identitárias podem ser parâmetros importantes para que se compreenda conflitos contemporâneos.

Tem-se em perspectiva aqui que, desde o fim da Guerra Fria, a Rússia não se comporta de maneira linear. Portanto, a mudança de sua postura há de ser

avaliada, pois traz em si um indicativo de que as identidades se alteram e por conseguinte também se alteram os interesses da Federação. Para o fim da análise da identidade e dos interesses nacionais, a escolha aqui realizada é a de fazer esse movimento analítico por meio da análise de discursos.

A seção seguinte terá como debate central a conformação de interesses nacionais. A abordagem acerca dos interesses nacionais tem por intenção buscar a compreensão de como os Estados os conformam, tendo em vista que a proposta do trabalho é a de acessá-los por meio da ideia de que os mesmos são socialmente construídos, de acordo com a abordagem reflexivista. A análise, ponderação, decomposição e operacionalização do conceito de interesses nacionais são movimentos cruciais para a pesquisa. Nessa seção, especificamente, o tratamento não essencializado dos interesses nacionais nos dirá como os mesmos são constituídos e são utilizados de forma prática pelos Estados.

A dimensão dos interesses nacionais se conforma socialmente e não se dá de maneira unilinear. Nomeadamente, no caso da Federação Russa, a escolha deste conceito é importante para a compreensão das suas ações enquanto Estado. Busca-se, por meio da análise dos interesses nacionais, compreender a motivação para determinadas ações ao invés de outras. Tenta-se com essa escolha de abordagem compreender como os interesses nacionais se conformaram e são utilizados, como esses guias das políticas dos Estados podem ser indicadores cruciais para a compreensão, por exemplo, da motivação russa em bloquear ações internacionais no que tange a atual crise na Síria.

A terceira seção se dedicará a promover a ideia de que tanto as identidades quanto os interesses não podem ser analisados separadamente, sendo as duas esferas interligadas. Mais ainda, esta parte do texto traz uma abordagem interativa entre identidades e interesses, amparando essas esferas do ser estatal pela contingência do contexto em que se inserem e a relevância dos atos discursivos para a compreensão e análise de ambos.

Aqui, traz-se a escolha, talvez das mais importantes deste capítulo que é a forma pela qual a análise de identidades e interesses será instrumentalizada dentro do escopo do trabalho. A análise de discurso não apenas trará uma forma de fazer com que os conceitos trazidos sejam tratados de forma interativa, mas, mais ainda, a análise discursiva será colocada como um suporte técnico importante para acessar determinadas informações relevantes contidas em discursos oficiais do

governo russo, assim como notícias de periódicos e documentos da Federação que podem ser iluminados por este tipo de análise.

2.1 As Identidades

Desde a década de 1980, o cenário teórico da disciplina de Relações Internacionais passa por mudanças fundamentais em sua estrutura básica. Essas começam a ocorrer a partir de alterações no cenário internacional, não satisfatoriamente explicadas pelas abordagens dos realistas clássicos, realistas neoclássicos, liberais e neoliberais, concedendo destaque as correntes fora do *mainstream*.

Nesse novo cenário diversos âmbitos se alteram, e a agenda de debate de Relações internacionais precisa acompanhar o novo ritmo, no qual há o acirramento de conflitos étnicos e dos novos desafios advindos de outras questões que entram na agenda internacional como questões de gênero, meio ambiente, questões econômicas, entre outras, que no período de Guerra Fria acabam por ser subsumidas às questões clássicas de segurança e sobrevivência dos Estados. Portanto, as novas abordagens que surgem são relevantes no sentido de abrirem espaço para questões relativas às mudanças, por exemplo, o que é crucial para o caso empírico da presente pesquisa.

As “antigas” teorias não tratam de assuntos como a mudança identitária de um Estado. Nessa década, a principal preocupação global deixa de ser, *a priori*, a segurança em termos tradicionais, a segurança entre Estados, a necessidade de se armar para sobreviver em um ambiente anárquico e propenso à violência. A sobrevivência, a anarquia e a segurança dos Estados não deixou de existir, apenas abriu espaço para o debate de outros temas que surgem com a desintegração da URSS. O novo contexto internacional apresenta novas questões, a desestabilização criada, em grande medida, pelo dismantelamento da União Soviética traz consigo Estados recém criados com problemas domésticos, e o que talvez seja mais importante para esta seção do capítulo, o novo momento abre espaço para conflitos domésticos identitários, como é o caso do conflito na antiga Iugoslávia. Logo, a preocupação dos mesmos não é, apenas, com sua segurança internacional, mas com sua estabilidade interna. Tais Estados passam por desafios

como seus conflitos domésticos, problemas econômicos, entre outros, e grande parte desses conflitos são de base identitária, o que consiste em uma grande mudança na análise de relações internacionais.

Para tanto, esse contexto favorece a abertura do debate nas Relações Internacionais que favoreça temas como o desenvolvimento, a economia, a desestruturação da não-problematização da identidade pelos autores racionalistas, questões de gênero, entre outros. (FIERKE, 2007).

Ressalta-se aqui que não se descarta a relevância de questões materiais para a análise de cenários internacionais, mas leva-se em consideração a força das ideias sobre questões materiais, mas ainda assim há de se convir que o capital, por exemplo, em uma sociedade capitalista pode ser fator de barganha. Ou mesmo que armamentos nucleares podem não representar nada, mas ainda assim são temidos pela ideia que se tem deles, mas também pelo seu potencial de destruição, que é bastante objetivo.

Para os racionalistas as fontes da identidade dos Estados não varia, para autores realistas neoclássicos, por exemplo, o que importa é a estrutura do sistema internacional, e a variação na atuação dos Estados fica a encargo de suas posições relativas no cenário internacional, mas todos agirão em acordância com as mesmas premissas. Realistas clássicos e neoclássicos possuem as mesmas bases para seu pensamento: o Estado é o principal ator nas Relações Internacionais, o principal foco dos mesmos é garantir sua sobrevivência, e por isso o poder é tão importante, afinal a anarquia internacional faz deste um ambiente perigoso, e a auto-ajuda é fundamental, pois não se pode deixar sua sobrevivência a cargo de terceiros. Para autores racionalistas as identidades são exógenas, não são construídas, e os interesses nacionais são derivados de um âmbito externo. (WALTZ, 1979).

Mearsheimer (1990) coloca que é a estrutura do sistema internacional que garante a paz ou a guerra, sem, no entanto, descartar o papel dos fatores domésticos na política dos Estados, para ele, as características individuais dos Estados pouco importa, tendo em vista que estão sujeitos, de qualquer forma à estrutura internacional. Dessa forma, não importa se os Estados possuem diferentes formas de governo, por exemplo, o que outras correntes de pensamento em Relações Internacionais consideram relevantes para a conformação das preferências dos Estados, pois para este neorrealista, a estrutura anárquica do

sistema internacional é decisiva para a atuação dos mesmos. Sendo assim, é possível afirmar que todos os Estados buscam as mesmas coisas, e acabam se comportando, de modo geral, da mesma forma, o que irá influenciar nas decisões dos Estados será a distribuição de capacidades. A anarquia acaba por definir quase todas as bases de atuação dos Estados, tendo em vista que um dos principais fatores seria a falta de confiança no outro, o que os fará atuar com base em um sistema de *self-help*.

The Cold War peace contrasts sharply with European politics during the first 45 years of this century, which saw two world wars, a handful of minor wars, and a number of crises that almost resulted in war. Some 50 million Europeans were killed in the two world wars; in contrast, probably no more than 15,000 died in the two post-1945 European conflicts. Cold War Europe is far more peaceful than early than twentieth-century Europe (MEARSHEIMER, 1990, p. 12).

Como Mearsheimer bem coloca a anarquia é o principal fator que leva os Estados a se engajarem em conflitos. A anarquia seria o princípio ordenador do sistema internacional e significa que não há nenhuma forma de autoridade superior que possa reger as relações entre os Estados. Tendo em vista, que os atores precisam buscar sua própria segurança e sobrevivência, sendo este o guia central para as ações estatais eles então buscam todos os meios de auto-defesa que possibilite suas respectivas sobrevivência em dado ambiente. Por isso buscam os meios necessários para estarem sempre melhorando suas respectivas posições e seu poder relativo no sistema internacional, e por isso a multipolaridade é mais instável do que a bipolaridade (1990, p. 12). De acordo com Mearsheimer (1990, p. 12):

They sometimes see aggression as the best way to accumulate more power at the expense of rivals. This competitive world is peaceful when it is obvious that the costs and risks of going to war are high, and the benefits of going to war are low.

Para os racionalistas, sendo eles realistas clássicos, realistas neoclássicos como visto em Mearsheimer, liberais ou neoliberais, a identidade dos Estados é algo exógeno, é um dado natural. No que tange ao realismo clássico, por exemplo, pode-se ter como um ponto de partida os seis pontos de Morgenthau, pois dão uma ideia bastante clara acerca da identidade, da moralidade e dos interesses

estatais. Sem que se entre em detalhes específicos em demasia dos já citados seis pontos deste autor realista clássico, os mesmos demonstram o que se quer dizer aqui com rigidez identitária e de interesses.

A partir do primeiro ponto, Morgenthau coloca que a política dos Estados é algo regimentado por leis objetivas com suas raízes na natureza humana, assim sendo, são as mesmas para todos e essa é uma verdade absoluta, não é uma opinião, mas um dado verdadeiro e racional, pois não é subjetivo. O segundo ponto de Morgenthau deixa ainda mais claro o argumento acerca da fixidez racionalista. Este ponto coloca que os interesses dos Estados são definidos em termos de poder. Não há, de fato, uma definição de poder, mas de qualquer forma, os interesses de todos os Estados será o mesmo, a busca incessante de poder.

Ou seja, as preferências de cada Estado não deverá influenciar nas suas tomadas de decisões, pois já está dado exógenamente que os Estados se movimentarão em direção a ampliar seu poder. O segundo ponto leva diretamente ao seu terceiro ponto, que coloca que o poder pode variar no tempo e no espaço, mas que esse é um conceito invariável. O seu quarto ponto é bastante interessante, ele propõe que a moral é importante, mas que este princípio deve estar subordinado aos interesses dos Estados. E este princípio está intimamente ligado ao quinto ponto. Este pressupõe que a moral não é um conceito universal. O sexto, e último ponto, afirma a independência da esfera política das demais esferas. O que pode-se concluir a partir destes pontos norteadores da contribuição de Morgenthau é que os Estados, em primeiro lugar, são os principais atores da política internacional e que essas unidades políticas acabam por possuírem características similares e exógenas. Os Estados possuem identidade fixa, são sempre Estados e definidores de seus interesses, que seria a busca pelo poder, ou seja seus interesses também são fixos. No entanto, foram colocados aqui apenas alguns dos autores racionalistas, talvez os mais tradicionais. Mas não se pode deixar de levar em consideração outros racionalistas, para citar somente um exemplo, a autora neorrealista Kropatcheva (2012), que realiza uma análise racionalista levando em consideração, por exemplo, o valor das ideias, e do âmbito doméstico como fonte de mudanças na política externa da Federação.

Para teóricos pós-positivistas como Fierke, a identidade é algo construído, não há fixidez identitária, ela pressupõe fluidez e multiplicidade, e irá depender do contexto em que se insere. Segundo o exemplo que Fierke utiliza, alguém pode

ser pai e/ou filho, arquiteto ou professor (2007, p. 76). Portanto, a escolha teórica da presente pesquisa se baseará amplamente sob os preceitos construtivistas. A escolha teórica e das ferramentas a serem utilizadas, não sendo elas de cunho aleatório, se encaixam na empiria da pesquisa. A abordagem apresentada será utilizada de forma a fazer sentido diante das mudanças da política externa russa desde 1991 até o terceiro mandato não consecutivo de Vladimir Putin como presidente da Federação.

As mudanças de comportamento da Federação não poderiam ser analisadas a partir de premissas racionalistas, afinal, aqui pressupomos mudanças identitárias e de interesses. A abordagem escolhida tem por função essencial nos ajudar a compreender a motivação de determinadas atitudes e narrativas russas ao longo dos últimos anos, especialmente ligadas ao Ocidente e à OTAN. Mais ainda, a de tentar explicar o porquê de a Rússia em alguns momentos identificar as atitudes ocidentais como ameaças aos seus interesses nacionais.

A identidade é relacional, não existe em apenas um aspecto, um Estado não pode se caracterizar somente por uma categoria da sua existência, não é somente um ente soberano que possui determinadas características. A identidade é uma categoria social, ou seja, ela dependerá da interação, e assim ela se constitui, é endógena ao relacionamento, e, por isso, um Estado pode possuir uma identidade de amigo ou de inimigo dependendo do contexto. Amplamente, se defende que a identidade, sendo relacional, se constrói a partir da diferença, isso quer dizer que, um Estado constrói seu “eu” a partir da imagem do “outro”.

The first point, upon which critical analysts generally agree, is that identity exists in a relationship, an idea that is often captured in the concept alterity. Identity is a social category that expresses not only the meaning any one actor attributes to the self; rather self-definitions are related to definitions the self gives to others and others to the self (FIERKE, 2007, p. 76).

A importância aqui de se identificar os meandros da construção identitária dos Estados se dá em decorrência de uma já conferida identidade aos Estados modernos pelas teorias tradicionais de Relações Internacionais. A categoria da identidade nacional vem sendo reificada ao longo do tempo, não historicizada, mas dada como algo imutável do ser estatal.

Like the reified categories of international relations theory themselves, they give some indication of how contemporary political thought and action are governed and disciplined by a

specifically modern account of political identity, the account expressed most crucially by the principle of state sovereignty (WALKER, 1993, p. 160).

Para Walker, os Estados modernos carecem de reificação de suas respectivas identidades políticas o tempo todo, eles precisam de performance constante a fim de manter a identidade de entes soberanos, e para esse fim, eles acabam, para manter a unidade política estatal, renegando outras identidades. Portanto, Walker foca em analisar o que parece ser impossível de ser problematizado no pensamento moderno, que seria a separação tradicional entre dentro e fora (*inside/outside*), entre as esferas doméstica e internacional, que é um traço naturalizado do pensamento moderno. Assim, Walker confere especial relevância para a análise do espaço, pois em relações internacionais a delimitação espacial constitui importante aspecto da política.

O espaço doméstico (dentro) aparece como o local onde a política se desenvolve e pode ser atuante, é o local onde as identidades nacionais se estabelecem, em detrimento do outro, o doméstico é o local da ordem e da justiça. O âmbito doméstico é o local da “existência”, enquanto que o internacional é o espaço da “ausência”, o internacional é atemporal, e o doméstico está associado à ideia de progresso hegeliana. Enquanto isso, o âmbito internacional é o local da anarquia, ou seja, é o local onde não há regras, onde há violência, onde cada um atua por sua própria sobrevivência, pois a morte é sempre iminente. Para tanto, Walker realiza críticas a essa articulação moderna entre espaço e tempo, pois esta cria a noção de atemporalidade no âmbito internacional, como se apenas houvesse continuidade (guerra, violência e caos), e coloca o doméstico como o espaço da política e, portanto, do progressismo teleológico, como se todos tivessem um norte para ser alcançado de realização de sua completude enquanto indivíduos racionais modernos, além de criar lógicas de exclusões dos que não se encontram em posição de cidadãos (eu X outro) (WALKER, 1993, p. 176).

Portanto, para Walker o Estado é tão importante para a modernidade, pois resolve o dilema da transição do medieval para o moderno. O Estado circunscreve os homens em um espaço delimitado onde ele pode exercer toda a sua potencialidade enquanto cidadão e ser humano, onde ele pode ser livre, pode atingir suas aspirações universais. Dentro dessa criação o homem pode se libertar das amarras divinas e se tornar o homem epistêmico. A partir disso, o homem

detentor de seu destino irá se relacionar com as outras comunidades de acordo com suas particularidades, mas dentro de cada comunidade há a demanda pelo universalismo.

Para Walker, há a necessidade de desconstrução do pensamento moderno que se realiza por meio do Estado. Tal pensamento que separa o doméstico do internacional em si, e a falta de problematização deste se constitui em uma tragédia. O Estado moderno totaliza o imaginário, criando um problema de miopia, já que impossibilita qualquer visão para além desta forma organizacional, a própria existência do Estado não é problematizada, é tida como ahistórica, se colocando como única alternativa para a realização da vida moderna e racional. Essa tradição de pensamento acaba por se tornar circular, pois de acordo com o pensamento moderno, a identidade moderna apenas pode se realizar com plenitude dentro do espaço doméstico, dentro dessa delimitação espaço-temporal centrada na figura do Estado soberano, ao mesmo tempo em que estas estruturas organizadas em dentro e fora só se realizam através da continuidade do pensamento moderno.

Para os fins da presente pesquisa não tem por objetivo central realizar uma análise que se proponha com profundidade avaliar o Estado moderno e suas construções naturalizadas e características essencializadas por meio de determinadas narrativas como o faz Walker. O que se traz aqui da contribuição de Walker deve ser instrumentalizadas a fim de que possam ser úteis na compreensão do caso empírico. Não se trata apenas das questões relativas do Estado moderno e da soberania. Como será visto mais tarde, aqui tratar-se-á, da contribuição de Walker no que diz respeito à construção identitária dos Estados por meio da criação de dicotomias, o “eu” e o “outro”. O importante dessa separação que a política nos Estados modernos fazem entre o *inside* e o *outside* está na raiz de algumas questões que se mostram práticas. Essa contribuição de Walker pode nos ajudar a compreender as motivações russas para se colocar, muitas vezes, fora de um determinado espaço da política internacional, e até mesmo para tentar compreender o porquê de a Rússia colocar, em diversos momentos, os Estados Unidos e a OTAN como seus inimigos.

Fierke coloca que a formação identitária estatal por meio da diferença não é a única forma desse processo se constituir. A autora traz o exemplo da conformação identitária por meio de práticas dialógicas. Ela coloca que a

possibilidade de haver o diálogo também pode se consubstanciar em um procedimento válido como alternativa a alteridade violenta que atuaria a partir da ação argumentativa (2007, p. 79). A construção identitária com base no diálogo e não apenas na exclusão se torna relevante para a pesquisa em curso, a medida em que, de acordo com as bases empíricas utilizadas nem sempre a Rússia constitui sua identidade e seus interesses com base na exclusão do “outro”. O “outro” bastante presente na política externa russa é, em larga medida, o Ocidente. No entanto, com o apoio de discursos oficiais, pequenos pronunciamentos disponíveis em periódicos, documentos oficiais, pode-se perceber que há momentos de aproximação entre a Rússia e o Ocidente. Dados esses momentos de aproximação a Rússia não coloca o Ocidente dentro do âmbito de inimigos, mas ao contrário o constrói baseado em uma relação de amigos.

Isso pode ser notado quando Boris Yeltsin, no início da década de 1990, não descarta a possibilidade de a Federação fazer parte da OTAN, que até então era inimigo declarado da União Soviética, e depois passa a ser uma possibilidade de amizade, pois a narrativa naquele momento confirma o compartilhamento de valores entre a Federação e a Aliança. Outro momento em que a construção do “outro” ocidental não está conectada à alteridade e à violência, é em 2001 após os atentados terroristas de 11/09. Nesse momento em particular, a Rússia e os Estados Unidos se aproximam, constroem uma relação de amizade e confiança embasada no inimigo comum, o terrorismo. As partes se veem mutuamente com o mesmo problema, enfrentar o terrorismo une Rússia e Estados Unidos, que identificam um ao outro como vítimas do mesmo tipo de violência.

By dealing with allies, one’s identity is reinforced by affirming the links and characteristics that make that specific other as an ally. This is a positive identification of what constitutes the self (KUBÁLKOVÁ, 2001, p. 227).

Um exemplo para tal afirmação é a construção da União Europeia, na qual as identidades são construídas a partir do diálogo, da aproximação, e não da criação de inimigos e de uma alteridade radical, mas a partir de um processo em que o diálogo cria laços e torna o “outro”, não um *alien*. Ao contrário, o “outro” é incluído, e não aparece na relação enquanto um *outsider*. A União Europeia acabou por tornar-se um polo de atração para os “outros”, mesmo que muitos destes não consigam fazer parte da mesma (WAEVER, 1996).

Outro exemplo importante da construção identitária é a OTAN no pós-Guerra Fria. Com o fim da Guerra Fria, a OTAN não possui mais um inimigo declarado como no período anterior possuía a União Soviética. A partir da década de 1990, a Aliança passa a se constituir com base não na união contra um determinado “outro”, mas ao invés disso, seus membros se unem com base em valores (GHECIU, 2005). Nas palavras de Gheciu:

Drawing on the work of sociologists and social psychologists, it analyzes the dynamics of teaching, persuasion, and role-playing practices, then proceeds to explain the instantiation of those types of practices in NATO’s interactions with Central/Eastern European (specifically Czech and Romanian) political actors...As we shall see in the next chapters, Czech and Romanian political elites who advocated NATO membership were not simply in pursuit of specific instrumental rewards from the West. They were, rather, involved in the process of transcending the stigma of Communism and building a liberal democratic state identity. As part of that process, they accepted Western guidance regarding the appropriate normative content of liberal democracy, and sought to learn and implement corresponding norms. Building capitalist economies was widely accepted as one aspect of becoming Western-like liberal democracies, and thus regarded as desirable. But the goal of capitalist development was regarded as a flawed interpretation of national interest by Czech and Romanian actors who subscribed to alternative definitions of national identity. (2005, p. 77 e 82).

Esse tipo de abordagem acerca da construção identitária dos Estados se mostra bastante útil para a base empírica da pesquisa. O momento em que a Federação Russa passa a se aproximar da Europa Ocidental, dos Estados Unidos, e até mesmo da OTAN, seus antigos inimigos, se dá por meio de bases dialógicas. Os antigos inimigos se aproximam com bases valorativas, e no início da década de 1990, a Rússia não possui, ainda, novos inimigos, sua grande ameaça, naquele momento são seus problemas internos.

O problema da construção da identidade por meio da diferença é que ela pode gerar dicotomias hierárquicas, o “eu” é construído em detrimento do “outro”, não são apenas diferentes, mas esse tipo de construção cria categorias hierarquizadas que acabam se fixando e legitimando certo tipo de práticas no “mundo real”, o “eu” se torna, de certa forma, “melhor” que o “outro” (CAMPBELL, 1992, p. 77).

Se tratando de identidade e alteridade, é interessante trazer a contribuição de David Campbell (1992), na qual o autor realiza uma abordagem de política

externa e a reprodução identitária como produto. Campbell possui uma abordagem extrema da construção identitária dos Estados, para ele, os discursos de perigo e medo são constitutivos da identidade e esse processo advém da naturalização do argumento hobbesiano (1992, p. 56).

Para Campbell, a modernidade carece de separação, de espacialização, de constituir o dentro e o fora, e a política externa serve a esse propósito, de construção de fronteiras, ela serve para a constituição dos pares dicotômicos hierárquicos, o bom e o mal, o sano e o insano. Esse tipo de asserção pode ser notado na empiria do estudo proposto. A Rússia, em dados momentos “especializa” sua relação com o Ocidente, nos discursos oficiais da Federação, por exemplo, pode-se notar a separação que se faz entre a Rússia e o “outro”, que é o Ocidente. Em documentos oficiais, especialmente sob a presidência de Vladimir Putin identifica-se que a política externa da Federação enxerga o Ocidente como uma ameaça, a OTAN é um inimigo bem como o “unilateralismo” norte-americano.

Entretanto, as duas esferas, o dentro e o fora, o bom e o mal e o nacional e o internacional, não podem ser concebidos separadamente, elas coexistem e se constroem mutuamente, são dependentes. Logo, a construção do “eu” e do “outro” está contextualizada historicamente e espacialmente, o perigo se encontra no exterior do Estado e a política externa tem como função a construção das fronteiras entre essas duas esferas ao invés de ser uma ponte. Dessa forma, tem-se que os perigos da anarquia para os racionalistas, não passa de um discurso de poder localizado, é apenas um constructo histórico (CAMPBELL, 1992, p. 60).

A contribuição de Campbell coloca que para assegurar as identidades dos Estados é necessária a “evangelização do medo”, a fim de disciplinar a vida, de garantir a “salvação”, tendo em vista que Campbell afirma que o Estado é a “nova” Igreja, que o medo do invisível advindo de Deus, passa a ser o medo do inimigo do Estado. A política externa cria o estrangeiro, o diferente, o *alien* que materializa em um “outro”, o Estado necessita o constante fortalecimento do “eu”, e por isso o faz violentamente na criação de inimigos (1992, p. 61).

A política externa cria os espaços, e organiza a vida social de uma vida não-social, que seria no exterior. Dentro do Estado seria o único local onde a vida social e política poderia ocorrer, o âmbito doméstico precisa ser sempre (re) construído e é o local e espaço da disciplina, no qual as ambiguidades devem

desaparecer (1992, p. 62). Afinal, de acordo com as teorias “tradicionais” de Relações Internacionais, o discurso prevalente é o de que os Estados nacionais são homogêneos.

A construção da identidade por meio das ameaças também não é realizada por meio de ameaças objetivas, tais ameaças são construídas. O “outro” pode ser qualquer coisa, mas precisa ser um “outro” que convença a população de um Estado a se galvanizar em uma unidade aparentemente homogênea. A ameaça precisa estar dentro de um contexto, ela precisa ser algo que, de fato, convença, necessita estar inscrita dentro de um contexto de aversão, em alguma medida para a população de um dado Estado.

Dentro do contexto do estudo empírico não haveria como o governo da Rússia criar um inimigo, uma ameaça externa sem que fizesse sentido para a sua população. Por exemplo, seria muito difícil o governo russo mobilizar a opinião pública e construir o Brasil como seu inimigo, e como um país que ameaça suas fronteiras, até mesmo, pois Rússia e Brasil são parceiros dentro do âmbito dos BRICS, e, além disso, o Brasil não teria capacidades materiais para ameaçar a Rússia, entre outros fatores que não fariam sentido. No entanto, dentro do contexto das relações entre Rússia e Estados Unidos e OTAN, por exemplo, já se torna uma tarefa mais fácil convencer a opinião pública de que esses dois entes representam uma ameaça nacional.

Em primeiro lugar, o discurso de medo deve representar algo para a população, e, devido ao histórico de relacionamento entre Rússia, Estados Unidos e OTAN isso não é complicado. Em segundo lugar, materialmente, desde o fim da Guerra Fria, pode-se demonstrar diversos momentos na relação entre essas partes em que, de fato, a Rússia se viu insatisfeita. É um fato, as fronteiras da OTAN estão se aproximando cada vez mais de um “cercamento” da Federação Russa, é um fato que os Estados Unidos têm planos bastante reais sobre a instalação de uma defesa antimísseis na Europa que pode ameaçar a defesa russa. Dentro desse escopo de eventos, há a representação russa, que mobiliza os discursos de ameaça, que, possivelmente estão circunscritos dentro de uma ideia ainda presa à lógica de Guerra Fria. Desta forma,

... there are, in principle at least, a multitude of ways in which society can be constituted: the possibilities are limited only by the practices that focus on certain dangers, in a manner like the concerns exhibited by the U.S. Immigration and Naturalization

Service questionnaire. But such dangers are not objective conditions and they do not simply reside (as represented) in the external realm. Threats to identity are equally prevalent in the challenges to the dominant enframing of "man" from within. For some, feminism, homosexuality, and support for social ownership of the relations of production are as threatening as a foreign enemy. Inscribing domestic society, arriving at a representation of the state involves, therefore, a double exclusion (CAMPBELL, 1992, p. 63).

Já para Kubàlková, o que se traz em termos de construção identitária estatal não entra em total conformidade com a posição de Campbell. Kubàlková assim como Campbell não concorda com a ideia de que a política externa é uma forma de construir pontes entre os Estados, e da mesma forma concorda que esta é uma ferramenta conformadora das identidades e das fronteiras e das diferenças. Entretanto, em Kubàlková há o afastamento da noção de Campbell de que a identidade estatal apenas se constrói a partir de um processo violento de identificação de inimigos. Para Kubàlková, a construção de identidades não está ligada somente à alteridade distante, mas também se conforma por meio do contado com o aliado. Ou seja, a identidade de um Estado tanto pode se conformar a partir do inimigo, construindo o “eu” de forma negativa, a partir do que não se é, mas também de uma forma positiva, a partir da aproximação com o aliado (2001, p. 227).

Para Kubàlková, assim como para Fierke e Campbell, há uma aproximação ao se ter a perspectiva de que as identidades são relacionais. Para que haja a construção de identidades, que é um processo constante, que se faz por meio da política externa, é necessária a presença de um “outro”. Ademais, em Kubàlková há um foco interessante nos discursos, e de como estes são representações e projeções importantes do “eu” e do “outro” (KUBÁLKOVÁ, 2001, p. 228).

A abordagem em Kubàlková, apesar de não descartar que a conformação das identidades pode se dar como coloca Campbell, mas aqui há outras alternativas. No que concerne as diferenças, os Estados podem gostar ou desgostar, reconhecer ou ignorar, se sobrepor sobre a diferença ou ser sobreposto por ela, ou ainda pode ser totalmente indiferente à diferença. Assim, a diferença pode ser assimilada, transformada em ameaça ou ser tratada com indiferença. Para que a diferença se transforme em um caso de alien, de alteridade extrema e violenta, isso dependerá de como o “eu” é representado (KUBÁLKOVÁ, 2001, p.

234). No caso em que a diferença pode ser assimilada, o processo também é dependente das representações que faz do “eu” e do “outro”. Aqui como exemplo tem-se a relação dos Estados Unidos com a Bósnia, que seria um caso de identificação e representação positiva de um “outro” que, apesar de ser, em larga medida, muçulmano, ainda assim pode ser um aliado. Isso pode ser visto nessa passagem de Kubáľková:

Bosnia is the case of the Muslim friend or ally. On Todorov’s axiological axis, Bosnia’s Muslims are “good” since they were victims of genocide. On the praxeological axis, Bosnia’s Muslims are “assimilable” since they are Westernized Muslims who defend a multiethnic state. On the epistemic axis, Americans know very little about Bosnian and its Muslims, which is an opportunity to represent Bosnia in very specific ways. Once Bosnia’s Muslims were identified as potential friends, the politics of reproducing national identity started taking place: traditions were constructed, histories were written, and the representation of a multiethnic, democratic Bosnia – respectful of human rights and ethnic diversity, and the victim of genocide – was put in place. National identity war produced, I argue, by emphasizing the similarities between the United States and the representations made of Bosnia’s Muslims. Bosnia provided the United States with the opportunity at the same time of enhancing specific aspects of U.S. identity through its similarities with Bosnia, and of helping victims and saving them of aggressors – another crucial aspect in the constitution of a positive representation of America’s self (2001, p. 242).

Tudo que fora colocado até o momento acerca da construção identitária têm relevância para a compreensão do que é um Estado, e para o entendimento da diversidade e complexidade dos Estados nacionais. Em suma, assume-se aqui que as identidades não são pré-concebidas, não construídas ao longo da interação entre os atores, no caso os Estados. A partir desta interação, representações são constituídas acerca do “outro” e assim, constitui-se o “eu” (TSYGANKOV, 2013, p. 15). A construção identitária, ou seja, do que se é, levará ao que se quer, ou seja, os interesses nacionais. Os interesses nacionais se constituem a partir das identidades, e em dada instância eles serão os guias da política externa de um Estado. Os interesses são a representação dos valores e percepções de um Estado que se consubstancia em forma de política externa, determinando assim o que os Estados farão a fim de que alcancem os mesmos na sua interação com os “outros”. Por conseguinte, tais ações no cenário internacional, diante da dinamicidade interativa o “eu” novamente poderá ser reafirmado ou erodido com relação ao

“outro”. Dessa forma, para o estudo empírico desta pesquisa é de suma importância que se compreenda a formação dos interesses nacionais, bem como a sua relevância para a construção das ações de um Estado. A análise dos interesses nacionais são preciosos para a compreensão do que a Rússia quer, e a partir desta análise pode-se ter uma ideia do que motiva suas ações. Por isso a seção seguinte deste capítulo se dedica a compreender melhor os interesses nacionais.

2.2 Os Interesses Nacionais

A análise dos interesses nacionais tem grande valia para a presente pesquisa se levado em consideração que esta ferramenta de exame traz consigo a forma como os Estados agem. Os interesses nacionais não são fixos, podem variar, e como se constitui a partir das identidades, bem como as identidades variam, estes também o podem. Este conceito é derivado não de um entendimento particular, mas advém do conhecimento intersubjetivo acerca das questões consideradas como importantes para o Estado. Podem ser materiais, mas o que é importante materialmente para um Estado advém de um entendimento intersubjetivo do que é importante.

Os interesses nacionais não são apenas os interesses coletivos de um grupo de pessoas; nem, com raras exceções, de um único indivíduo dominante. Antes, os interesses nacionais são entendimentos intersubjetivos sobre o que se faz necessário para promover poder, influência e riqueza que sobrevivam ao processo político, dada a distribuição de poder e conhecimento em uma sociedade. Em outras palavras, os interesses nacionais são fatos cuja "objetividade" está no acordo humano e na atribuição coletiva de significado e função a objetos físicos (ADLER, 1999, p. 225).

Os interesses nacionais são uma espécie de guia para os tomadores de decisões se norteam na sua condução da política externa, mas em primeiro lugar são a última expressão da identidade nacional, dos valores e percepções desenvolvidos por um Estado. Da mesma forma como na seção anterior deste capítulo, aqui também se refutará quaisquer premissas racionalistas de que os interesses nacionais são pré-concebidos, e se encontram dados no “pacote” do que é e o que quer o Estado nacional moderno. A pesquisa visa a se debruçar sobre as

contribuições de autores pós-positivistas acerca desta temática ao invés de trazer postulados que garantam fixidez aos interesses nacionais.

Para Fierke (2007, p., 80), os interesses nacionais não são fixos e dados naturalmente pela natureza dos Estados. Ao invés disso a autora afirma que este, assim como as identidades, é um conceito relacional, e, portanto, mutável. Ademais, para esta autora, as identidades e os interesses nacionais não podem ser concebidos teoricamente de forma separada, esses dois aspectos caminham juntos, e na sua interação com outras identidades e interesses podem sofrer mutações, no entanto, não se trata de uma relação causal (2007, p. 81).

Assim como Fierke, McSweeney também considera que não se pode analisar as identidades e os interesses nacionais como sendo esferas pré-concebidas naturalmente. Todavia, este autor analisa a construção de identidades e interesses de forma um tanto diferenciada. McSweeney traz a relevância da escolha humana voluntária para explicar essas duas esferas. Ele traz que, identidades são formadas a partir de processos políticos, mas os interesses também não são arbitrários, dá a ideia de que não são construídos apenas pela interação, também são frutos das escolhas e das negociações entre indivíduos e grupos de interesses de dentro do Estado (MCSWEENEY, 1999, p. 73). Para este autor os interesses e as identidades possuem relação, mas não necessariamente são um bloco monolítico e a relação não é unidirecional ou óbvia, além disso, as identidades possuem primazia ontológica aos interesses nacionais. Para este autor:

Aside from the moral ambiguity involved in the rhetoric of universalist principles to achieve self-centered gains, identity theory ignores the question of interests without which we cannot explain the genesis and transformation of identity. [...]The evidence on the ground in the Northern Ireland peace process is awash with state and sub-state interests also, jostling with the cognitive elements of identity to push some actors in the direction of change and others towards the imagined community of the past. There is no explanation of why the nationalist community in the North or their nationalist brethren in the South should abandon their historic demand for a united Ireland, and why the southern nationalists should secularize so rapidly and break the bond between nationalism and Catholicism, unless material interests are factored into the analysis. Money, political influence and international pressure are teaching the actors in the peace process - some, perhaps, slower learners than others - that we can be who we want to be (MCSWEENEY, 1999, p. 131).

Para McSweeney, os interesses são mediadores do comportamento do Estado e de sua identidade nacional. As identidades abrem o caminho para que se perceba o que se quer. Em suas palavras:

Identity and interests are analytically separate elements of all collective action. Logically, we pursue interests in relation to who we are, to the kind of entity for which such interests are appropriate. But we cannot know who we are in a vacuum of interests or wants, as Marx was aware; we become identified with an individual or collective self through the pursuit of these rather than other preferences. In practice, collective identities can exercise a considerable degree of constraint over the options to redefine our interests and to reconstruct our identity (1999, p. 179).

Para Wendt, também pode-se observar uma crítica às asserções racionalistas no que tange a questão dos interesses nacionais. Para Wendt, (p., 384), os interesses nacionais não podem ser considerados exógenos, mas de acordo com sua argumentação, os interesses são endógenos às relações. Assim como para McSweeney, os interesses são dependentes das identidades, que também estão relacionados, e que são importantes partes das estruturas sociais.

The content of national interests was in part a function of these structurally constituted identities (as well as of domestic ones). The United States had an interest in resisting Soviet influence in Angola because the Soviets were an enemy and enmity is a social relation (WENDT, 1994, p. 386).

No entanto, Wendt (1994) e McSweeney (1999) divergem em alguns quesitos, em McSweeney parece que os atores possuem um grau de liberdade maior para suas ações, já em Wendt os atores parecem mais constrangidos pelas estruturas, e aqui estrutura como um conceito neorrealista, um sistema que dita as regras. Além disso, para McSweeney os principais atores são os indivíduos, ao contrário de Wendt que se encontra em um caminho estadocêntrico (1994, p. 385).

Wendt traz que tanto as identidades sociais quanto os interesses estão sempre em processo, sempre dentro da possibilidade de mudanças, mas os dois aspectos podem, também, se tornarem estáveis, o que dependerá do contexto em que estiverem imbricados (1994, p. 386).

De acordo com Weldes os interesses nacionais possuem uma dimensão contingencial do ser, e que, portanto, está sujeito às mudanças e circunscrito em

um contexto definido. A análise dos interesses nacionais aqui, longe de se referir a uma instância natural e objetiva está imbricada em uma lógica de teias de significados e possui grande valia para a análise da temática empírica da pesquisa, trata de identificar a constituição dos interesses da Rússia com relação à Síria e seus significados ligados a sua divergência e construção do “outro” Ocidental, dadas as mudanças com relação a outros momentos da histórica relação.

Para Weldes, os interesses nacionais são uma instância em mutação, e não transferência de um âmbito natural e objetivo para a ação dos Estados, sequer ligados à questões materiais simples. Ao contrário, os interesses nacionais estão sujeitos às teias de significações do contexto em que estão inseridos, em um primeiro momento os fatores recebem significados, que são significados construídos a partir de uma linguagem compartilhada, e somente após este movimento que passam a ser objetos das ações dos Estados, que se tornam sujeitos ou não deste interesse nacional socialmente construído (WELDES, 1999, p. 2). Nas palavras de Weldes:

First, it is through this concept that policy makers understand the goals to be pursued by a state's foreign policy. It thus in practice forms the basis for state action. Second, it functions as a rhetorical device that generates the legitimacy of and political support for state action. The national interest thus wields considerable power in that it helps to constitute as important and to legitimize the actions taken by states (1999, p. 4).

Os interesses nacionais têm como principal função serem guias das ações dos Estados, sendo assim, cabe por meio de uma teoria de interesses nacionais compreender como um conjunto de significados e valores se coadunam a ponto de se tornarem, por exemplo, um fator de interesse nacional. Como colocado por Weldes, os interesses nacionais não surgem de um vácuo de significados, deve haver um contexto propício para a construção de determinados interesses nacionais. No caso do presente estudo, caberá analisar o contexto da relação da Rússia com o Ocidente a fim de que se tenha uma noção dos significados que são gerados por esta interação. De qualquer forma, uma maneira de se munir para a compreensão dos interesses nacionais russos é a análise do próprio documento oficial da Federação que trata dos interesses nacionais do Estado. Com fins ilustrativos é interessante notar o caso empírico de Weldes (1999) é a compreensão da Crise dos Mísseis de 1962, e serve aqui como um grande

exemplo de como um fator que, não necessariamente, estaria comprometido com os interesses nacionais de um Estado passam a ser seu objeto de interesses (1999, p. 97).

Os interesses nacionais, como já colocado, não surgem fora de determinado contexto. Dessa forma, Weldes (1999, p. 98), inicia a sua teorização acerca desta terminologia com a conceituação do mesmo por meio do conceito de “articulação”. A articulação seria um processo pelo qual significados fixados por algum tempo somados a cadeias de elementos linguísticos são transformados em cadeias de associações de conotações que fazem dos significados algo lógico, mas que não funciona para todos, as cadeias de significados fazem sentido dentro de uma determinada cultura. Esses elementos linguísticos podem ser combinados de diferentes formas a fim de fazerem sentido dentro de contextos específicos, isso é o conceito de “articulação”, mas esses elementos não podem estar apartados de seus imaginários de segurança. De acordo com a conceituação do termo articulação, Weldes traz um exemplo disso com base na sua empiria:

In the construction of the Cuban problem, for example, references to Castro and his revolutionary associates were persistently articulated to the adjective “bearded” (see chapter 5). This articulation established a particular set of meanings in U.S. representations of the Cuban problem: It connoted that these revolutionaries lacked responsibility, were uncivilized, and constituted a threat to private property and thus ultimately to the American way of life. When Castro’s beardedness was invoked, that is, it simultaneously carried with it (among other things) the connotation that Castro was irresponsible, uncivilized, and a danger to the United States. The articulation of these linguistic elements (i.e., “Castro,” “revolutionaries,” and “beards”) came to constitute a partial representation of the Cuban problem as one in which uncivilized revolutionaries threatened the liberal American way of life (1999, p. 98).

A partir do ato de articulação de significados de elementos linguísticos fatores não necessariamente objetivos são construídos e colocados de tal forma conectados que se transformam em uma “realidade objetiva”, como se fossem representantes da “realidade como ela é”. Não necessariamente a articulação de alguns fatores podem levar a um único resultado. Como demonstrado anteriormente no trecho retirado da obra de Weldes (1999) alguns termos utilizados para descrever os cubanos são relacionados com elementos negativos, tornando o contexto total da retórica em algo negativo da característica dos

sujeitos em questão (1999, p. 99). Afinal, como mesmo Weldes coloca, não há um caráter de inevitabilidade nos significados dos elementos linguísticos, eles são construídos e também são frutos de um contexto social e histórico específico (1999, p. 100).

Tais articulações estão baseadas na performance dos sujeitos e no contexto específico em que estão ancorados, por isso a construção e imputação de um dado significado a um fator e não outro estão amparados, não em relações arbitrárias, mas na constelação de elementos empíricos que cercam os tomadores de decisões. As condições de interpretações estão amparadas por imaginários de segurança que são tanto permissivos quanto constrangedores das possibilidades interpretativas. Ou seja, a construção dos interesses nacionais não são realizadas de forma totalmente livre de constrangimentos, afinal devem estar amparadas por conjecturas sociais e históricas que permitam determinadas articulações e construção de interesses nacionais (1999, p. 102).

Para Weldes há dois processos pelos quais os significados são fixados, o primeiro, já colocado anteriormente é o de articulação, e o segundo é a interpelação. A interpelação consiste em, após as relações sociais são construídas de acordo com dado imaginário social, aos sujeitos são concedidas identidades (1999, p. 103). Nas palavras de Weldes:

Specific subject positions are created when social phenomena are depicted; different descriptions entail different subject positions. Each subject position or identity carries with it particular ways of functioning in the world, is located within specific power relations, and is characterized by particular interests. Within a state's security imaginary, a variety of subject positions are created, including those of various states—both “our state” and “their state,” or “us” and “them” (in fact, typically a variety of “thems”)—and other subjects. The central subject position created in any discussion of a state's national interest is, of course, that of the relevant state itself (1999, p. 104).

Dessa forma, as representações e os significados construídos em cadeias lógicas precisam fazer sentido de uma forma ampla, por isso o processo de interpelação e articulação precisam estar conjugados, ou a construção de tais imaginários não faria sentido na vida “real” dos indivíduos, então a interpelação também precisa estar bem localizada no espaço e no tempo (WELDES, 1999, p. 106).

As articulações e as interpelações que permitem as representações, os imaginários de segurança, e daí as identidades e os interesses advém, especialmente, de práticas institucionais dos Estados. Os Estados, então, para Weldes (1999), se conformam em entes privilegiados nas relações internacionais, tendo em vista que esta é a entidade responsável por constituir a sua política externa e, portanto, “descobrir” quais são os interesses nacionais (neste caso, americanos). O Estado é o responsável pela construção das representações e pela construção dos interesses nacionais. As instituições estatais são as responsáveis pela perpetração dos imaginários de segurança dos Estados, seja através dos aparatos estatais mais óbvios como a diplomacia e departamentos de segurança, como por meio de aparatos não óbvios como escolas, mídia, instituições religiosas, entre outras, todas estas instâncias do Estado são, em alguma medida, responsáveis pela construção dos interesses nacionais (1999, p. 108). Weldes cita alguns exemplos do caso norte-americano que faz parte de seu estudo de caso empírico:

Schools also played an important role, socializing American children into U.S. nationalism, not the least through such rituals as the Pledge of Allegiance and the singing of the national anthem, but also through the dissemination of a particular interpretation of U.S. and world history. The ideological state apparatuses include as well a subset that might be called the “intellectual apparatuses.” These include think tanks like the quasi-governmental Rand Corporation and the American Heritage Foundation; private organizations designed both to study and to lobby for particular foreign policies, such as the Council on Foreign Relations, the Trilateral Commission, and the Committee on the Present Danger; private research centers like the Brookings and Hoover Institutions; and both public and private universities (1999, p. 109).

A passagem anterior de Weldes tem um significado importante aqui e para a pesquisa. Significa que os interesses nacionais não surgem em um vácuo, eles são construídos e são operacionalizados pelos Estados, assim como instituições estatais ou não-estatais possuem importante papel nesse processo de convencimento da população. Como cita Weldes o caso de construção de interesses nacionais norte-americanos como a RAND Corporation, é possível notar em muitas das publicações deste *think tank* que o que eles descrevem da Rússia, normalmente está relacionada a um discurso de rebaixar a Federação a um segundo lugar no grau de importância das nações. Usualmente, a Rússia é descrita

nessas publicações como uma nação atrasada e, por vezes paranoica, quando se trata da defesa antimísseis, por exemplo. Da mesma forma que o mesmo fenômeno pode ser observado dentro da Rússia quando analisadas notícias de periódicos como o *Pravda*, ou o *Ria Novosti* ou se assiste às transmissões do programa *Russia Today*, ou ainda quando oficiais do governo realizam discursos e colocam a posição russa como sendo a verdadeira, e a mais correta.

Para Weldes (1999) elementos não-linguísticos também são relevantes para a análise da produção e reprodução de significados e imaginários de segurança, mas que estão definitivamente relacionados aos elementos linguísticos para a criação de categorias. Tanto os elementos linguísticos quanto os não-linguísticos estão conectados coerentemente a fim de trazer disciplina para a sociedade. Fazem parte dos elementos não-linguísticos também os espaços para a disciplina dessa sociedade, como cadeias, escolas, igrejas, entre outras, mas não são apenas espaços, como é citado na obra em questão o ato “patriótico” de hastear a bandeira (1999, p. 110).

Os elementos não-linguísticos e os linguísticos possuem o mesmo valor de análise para fins de identificação da construção dos interesses nacionais. Dessa forma, cabe ressaltar a maneira pela qual se acessa o material linguístico para tanto. Para Weldes a maneira mais importante para se ter acesso a esse material é por meio de documentos oficiais dos governos, seu debates, seus discursos oficiais, seus documentos de política externa, de interesses nacionais, de segurança nacional, entre outros (1999, p. 112). Por isso, dada a base empírica da presente dissertação se terá como base material de apoio para a análise dos interesses nacionais da Rússia tais documentos oficiais como o conceito de política externa da Federação, seu documento de doutrina militar, discursos dos líderes e declarações de presidentes e representantes do governo. Da mesma forma, também com grande validade é analisar as reproduções deste imaginário de segurança nos meios de comunicação da Federação Russa, tendo em vista que estes meios de comunicação em massa como jornais, revistas e programas televisivos são meios importantes para a reprodução dos significados para a Rússia (WELDES, 1999, p. 113). No caso de Weldes, ela se utiliza de documentos oficiais dos Estados Unidos para sua análise, o que será transferido aqui para uma análise das questões de interesses nacionais russos. Nas palavras de Weldes:

By investigating statements about the U.S. national interest, one can identify the objects of security that the United States was determined to defend as well as the characteristic features assigned to those objects. One can identify the different subject positions entailed in the security imaginary and the characteristic features assigned to them as well. One can also identify the different quasicausal arguments that both define the relations among the various subjects and objects and provide warrants for possible foreign policies and actions. In short, by revealing the way in which the world is understood, these linguistic artifacts can show how the national interest is constructed and what specific content or meaning is attributed to the national interest at a particular historical moment (1999, p. 113).

Dada a importância dos elementos linguísticos para a análise dos interesses nacionais, aqui, cabe a realização de uma análise discursiva a ser exposta na próxima seção.

2.3 Análise Discursiva

Dado o caso empírico da presente pesquisa sugere-se que a atuação da Rússia no caso da Síria e sua relação com o dito “Ocidente” não são relações objetivas. Poder-se-ia afirmar que se trata apenas de relações, no entanto, revelar tais relações de maneira objetiva obscureceria o “como” e o “porquê” de tais relações se definirem de uma maneira e não de outra. O objetivo aqui é o de dar voz ao que poderia ser silenciado por trás de perspectivas que tratariam o caso como uma realidade fixa. Contudo, não se aceitará na presente pesquisa que o caso empírico em questão se trata de uma ontologia imutável. Ao invés disso, o intento é de demonstrar que por trás de ações concretas que parecem objetivas existem significados que não são fixos, e que, portanto, é nessa fluidez das representações que se encontram as possíveis respostas para a atuação no caso da Síria tal qual se delineia concretamente e de sua suposta separação do chamado “Ocidente”. Dessa forma, a utilização do recursos de análise discursiva será de grande utilidade para a pesquisa a fim de se acessar os significados das interações já colocadas.

Fierke (2002, p. 347) analisa o ato discursivo como sendo de grande importância para as pesquisas em Relações Internacionais, na verdade, tendo maior relevância, talvez, que propriedades materiais. Para esta autora ter armas,

por exemplo, não significa que o artefato bélico será utilizado, ou que se constitui em uma ameaça para alguém, a menos que o ator político detentor de tais armamentos “fale” que os utilizará em detrimento de um outro ator. Entretanto, este ato de fala precisa ser crível. Para Fierke (2002) existem elementos dos atos discursivos que são de grande relevância, como a promessa, a ameaça e a nomeação. De acordo com esses três conceitos relacionados aos atos discursivos tem-se que, os mesmos também podem ser utilizados de maneira estratégica pelos atores internacionais. Segundo Fierke (2002), a promessa, no âmbito das relações internacionais pode ser uma representação de algo positivo ou negativo, tendo em vista que uma promessa pode ser quebrada, como é o caso da promessa quebrada da contínua expansão da OTAN para o Leste. Da mesma forma, o ato discursivo pode ser, em algumas vezes mais importantes até mesmo do que recursos materiais, pois uma ameaça verbal pode ser muito verídica. No entanto, a ameaça verbal pode perder o sentido quando não há recursos materiais que a sustentem. Outro ato linguístico de grande importância é a nomeação, pois o ato de falar um determinado termo pode gerar muitas outras possibilidades de ação, como Fierke exemplifica com o termo “genocídio” (FIERKE, 2002, p. 347).

A importância da análise discursiva está em observar e tentar acessar o significado relativo dos atos de fala, e algumas vezes, de cada palavra. Os discursos e as palavras não se encontram isolados, as palavras não possuem significados isolados atribuídos objetivamente, ele estão conectados a um mundo que os cerca, a um contexto, e mesmo a outras palavras que lhes conferem outros significados (FIERKE, 2007, p., 84). As palavras não podem ser avaliadas de modo apartado das demais, pois existem, também, agrupamentos de palavras que conferem o significado “total” de um discurso (2007, p. 85).

Ademais, os discursos, da mesma forma, estão articulados com as identidades (logo, com os interesses), afinal, as identidades não se encontram isoladas. As identidades se encontram em um meio de outras identidades que estão situadas em um contexto específico, que não é um mundo objetivo, mas um mundo que possui suas práticas específicas de funcionamento, portanto são fluidas. Essa fluidez pode ser analisada por meio dos discursos que conferem significados às identidades (2007, p. 82). Os discursos podem, tanto mapear uma estrutura, como um mundo em transformação. Fierke (2007, p. 83), coloca como exemplo de mudança de significado o termo *safe haven*, que antes se situava em

um discurso acerca da proteção de refugiados, mas na Guerra ao Terror se situa em um discurso acerca de terroristas.

A análise de discurso possui algumas variantes em sua agenda de pesquisa, mas que podem ser muito úteis aqui. Para Milliken (1999, p. 228), a análise discursiva possui ao menos três ferramentas básicas de “funcionamento”.

O primeiro compromisso da análise de discurso seria em avaliar os sistemas de significação, os discursos seriam responsáveis por criar estruturas de significados que são conferidos aos fatores “reais”. O mundo material não teria significado objetivo, lhes são conferidos significados. O segundo compromisso teórico que a análise de discurso coloca é a (re) produção de elementos definidos pelo discurso. Os discursos podem ser tanto produtivos quanto reprodutivos de significados. Os discursos podem “definir” uma determinada verdade e por meio dos mesmos podem continuar a reproduzir e operacionalizar tais “verdades”. Tais “verdades” possuem o caráter de construir um tipo de conhecimento que descredita outros, cria certos tipos de regimes e práticas que acabam por impedir muitas vezes, por sua reprodução, que outras formas de “verdades” recebam espaço (1999, p. 229). O terceiro comprometimento teórico da análise discurso está ligada ao segundo compromisso de produtividade, pois este trata da questão da prática, de como a produção de determinados significados se tornam, por meio da prática, legítimos. Afinal, os discursos também se constituem de maneira instável, e por isso precisam ser “articulados e rearticulados” por meio de práticas a todo tempo (1999, p. 230).

Milliken (1999, p. 231) deixa claro que não existe uma unidade metodológica para a realização da análise de discurso, mas que existem formatos metodológicos básicos que ajudam nesse processo. Um deles é a análise de documentos oficiais, discursos oficiais, entrevistas, entre outros documentos dessa natureza. Uma forma de se analisar tais discursos se dá através da observação de predicados, verbos e advérbios que estiverem ligados ao sujeito das sentenças. A fim de exemplificar, Milliken se utiliza do seguinte trecho para a análise predicativa:

If the US does not take any action in Korea, this would produce a marked psychological reaction in the public mind and in the minds of Asian leaders. US prestige would be damaged throughout the region. Japan, the linchpin of our policy in Asia, would lose morale and experience a strengthening of the widespread desire for neutrality, with the result that not even a

commitment of significant US military strength would keep Japan in the West. The language practice of these predications constructs Japan (its leaders and public) as a subject that experience emotions (a desire for neutrality) and reacts psychically (loses morale) but that does not generally act in a positive sense. Even the possibility of Japan leaving the Western alliance is presented in quite passive terms. Thus these predications construct Japan as an independent but subordinate state that is key to US policy, but one that is acted upon, especially, rather than one that makes decisions of its own and rationally chooses a course of action (1999, p. 231).

Da mesma forma, para Hansen (2006, p. 15) a linguagem é de grande relevância para a compreensão da conformação da política externa dos Estados, de seu comportamento e de sua identidade. A linguagem é algo político e social, além de ser algo instável, passível de mudanças. A linguagem é algo que constrói as identidades, as diferenças e os sistemas de significados. Para esta autora os discursos, assim como para Milliken (1999) são produtivos e reprodutivos, é a partir dos discursos que se criam as subjetividades, os entendimentos de um Estado acerca de determinados problemas, e como estão ligados à construção das identidades, também estão diretamente imbricados na produção de política externa, mas de forma não-causal.

Não existe objetividade material sem que antes haja a construção de representações e significados, portanto, não há primazia ontológica, por exemplo, de identidades, sem que antes haja a linguagem para que lhe confira significado e estabilidade. A linguagem faz parte do campo social, e é particular ao contexto em que se insere, os significados não são pré-determinados (HANSEN, 2006, p. 16). O que se chama de segurança nacional, por exemplo, não pode possuir o mesmo significado para a Rússia e para os Estados Unidos, ou para a China e para o Sudão.

Tendo em vista que os discursos não possuem objetividade apriorística, para que eles sejam pronunciados e utilizados no âmbito das relações internacionais, há a necessidade de que anteriormente à sua criação haja a criação de uma subjetividade e/ou de uma intersubjetividade das identidades e dos interesses nacionais. Os significados e a subjetividade são construídos antes de um discurso seja proferido. A prática discursiva é um reflexo dessa subjetividade, o discurso é o catalizador de representações, imaginários e significados contextualizados. A Rússia não proferiria discursos em que a OTAN e os Estados

Unidos representam ameaças para si ao longo do século XXI caso não houvesse uma construção anterior desse significado específico, que é particular de um contexto histórico, por exemplo, da expansão da OTAN, que vai, diretamente, de encontro aos interesses nacionais russos, de acordo com documentos oficiais da Federação. Assim, segundo Huysmans

[t]he central idea of these discursive interpretations is that language does not simply describe an event but that it mobilizes certain meanings that modulate them in rather specific ways. For example, security discourse that links labour migration to leaking borders and the loss of national identity tends to mobilize emergency measures and to invest fear or unease in a policy issue. Language has both the capacity to integrate events in a wider network of meanings and to mobilize certain expectations and reactions to an event. This constitutive power of language does not depend on influencing perceptions but rather follows from the fact that certain words and discourses carry particular connotations and historical meanings that they invest in social reality (2006, pp. 7-8).

Os discursos têm como finalidade principal estabilizar significados que não são, nem totalmente fixos, sequer totalmente fluidos. A linguagem é ambígua de acordo com Hansen, pois é estável e instável ao mesmo tempo.

Seeing identity as built through processes of linking and differentiation shows the possibility for destabilization: the link between some of the ‘positive signs’ might become unstable; or a negatively valued term of one discourse might be constructed as positive within another discourse, making the clear attribution of inferior or superior value to signs more complicated. For example, the construction of ‘women’ in nineteenth century discourse is not solely negative. Women are constructed as an essential part of society and as performing crucial tasks (2006, p. 18).

Sendo assim, as identidades são resultados não-causais de práticas discursivas e políticas, que estão ligadas a construção de política dos Estados, que por conseguinte se transformarão em ações.

Identities are thus articulated as the reason why policies should be enacted, but they are also (re)produced through these very policy discourses: they are simultaneously (discursive) foundation and product (2006, p. 19).

Os discursos possuem grande relevância então para a análise das ações dos Estados, tendo em vista que os discursos produzem e reproduzem ações, estereótipos, políticas, e significados. Os discursos constroem, em larga medida, a realidade e são peças-chave para a compreensão do “mundo real”. Apesar de os

pós-positivistas, de modo geral, descartarem a divisão e diferenciação entre fatores ideacionais e materiais, para Hansen (2006), incorporar fatores materiais, e não conferir mais importância a estes que aos ideacionais, se faz importante, pois algumas estruturas ideacionais possuem como base estruturas materiais que possuem determinados significados dadas as identidades em questão (HANSEN, 2006, p. 20).

Todavia, no núcleo da ação política está o discurso que precisa apreciar a identidade. Como exemplo disso, Hansen coloca a situação do governo norte-americano após o 11/09:

For example, speaking before the fall of Baghdad in early April 2003, President Bush constructed 'Iraq' as an identity split between two entities: the 'regime' of Saddam Hussein, the 'dictator,' and his 'thugs,' who had committed 'atrocities' on the one hand; and the 'oppressed Iraqi people' longing for the 'freedom' and 'liberty' provided by the American forces on the other. The Iraqi regime constituted 'a grave danger' to 'free nations,' it was 'evil' and composed of 'mass murderers' with 'weapons of mass destruction,' and it was an 'enemy' with the capacity to 'plot another September the eleventh.' This representation gave Bush's policy of military intervention a stable underpinning: the materiality of nuclear weapons in the hand of a 'mass murderer' discursively linked with terrorism attacking the 'free world' warranted 'defending our own security.' (2006, p. 25).

A política externa de um Estado e sua identidade estão conectadas, e podem mutuamente realizar ajustes quando necessário. Os discursos podem estabilizar a identidade de acordo com a necessidade da política externa em um dado momento. Portanto, esse processo não pode ser considerado um circuito fechado, mas instável e sempre em busca de equilíbrio que se dará por meio dos discursos. Da mesma forma que, tanto os discursos, quanto as identidades não podem ser analisadas de maneira apartada do contexto em que se inserem, pois precisam fazer certo sentido. Além disso, a política externa e as identidades sofrem constrangimentos externos que as construirão de outra maneira. De acordo com Hansen:

foreign policy, however, is not a closed system, like that of the body, but is formulated within a social and political space. This implies that the internal stability of a policy-identity construction cannot be determined in isolation from the broader social and political context within which it is situated. Whether a discourse articulates a stable relationship between identity and policy is to be posed not only as a question of internal stability

but also as a matter of whether the discourse is supported or criticized by other discourses. Put in more programmatic terms, politically contextualized discourse analysis combines the analysis of how texts seek to create stability with analysis of whether these constructions are being accepted or contested within the political and public domain (2006, p. 26).

A realização de uma conclusão aqui seria um esforço quase que sem resultados expressivos. Como demonstrado ao longo deste capítulo, o empenho teórico em delinear trajetórias inteligíveis no sentido de explicar/compreender o comportamento dos Estados na atual condição do sistema internacional são diversificadas, às vezes convergentes, às vezes divergentes, mas em alguns momentos se tangenciam.

Na presente pesquisa não se tem por intenção considerar os Estados atores unitários monolíticos que possuam organicidade antropomórfica. Entretanto, aqui, se considera os Estados atores de grande relevância para a compreensão de fatos concretos, mesmo que os Estados sejam construções de comum acordo humano. Dessa forma, considera-se de grande relevância para a pesquisa a análise de fatores aqui considerados cruciais para a compreensão da atuação dos Estados na esfera internacional como a conformação de identidades e interesses, e a utilização de análise discursiva para os propósitos expostos.

Sendo assim, conclui-se que quaisquer abordagens de cunho racionalista não servirá ao propósito desta pesquisa, tendo em vista que se desconsidera alguns dos pressupostos centrais para tais abordagens, não se considera, por exemplo, que os Estados possuam identidades e interesses fixos e prévios que informem suas ações como elementos objetivos. Por isso, a compreensão da construção das identidades e interesses possui dada relevância.

Se mostrou que os autores, mesmo que tenham bases teóricas similares, percebem de maneiras diferenciadas a construção de identidades e interesses. Alguns colocam que a identidade se conforma a partir de inimigos, mas nem todos concordam com esse tipo de afirmação. De qualquer forma, aqui se considerará que as identidades e os interesses não são fixos, eles são fatores passíveis de mutação e que fazem parte de redes de significações. Tais significados são parte de imaginários que se conformam em contextos espaço-temporais específicos e que assim, informam as ações dos Estados.

Tendo como base empírica para a presente pesquisa a atuação da Federação Russa na atual situação na Síria e sua relação com o Ocidente, a abordagem exposta de análise de construção de identidades e interesses por meio das práticas discursivas é, então, essencial, dado que a Rússia poderia estar atuando de maneira diferenciada. Portanto, tal abordagem ajuda a compreender suas motivações para as suas ações informadas.